

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 23 a 27/03/2020):

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA SOBRE COVID-19	1
Debate	1
Votação	2
2. CONSELHO EUROPEU INFORMAL POR VIDEOCONFERÊNCIA	2
3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	4
Reunião dos ministros da Economia e das Finanças	4
Reunião por videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros	4
Eurogrupo	5
Reunião informal dos Ministros dos Assuntos Europeus	5
Reunião informal dos ministros da Agricultura e das Pescas	5
Reunião informal dos Ministros da Coesão	5
4. PLANO DE AÇÃO DA UE P/ OS DIREITOS HUMANOS E A DEMOCRACIA	6
5. OUTROS ASSUNTOS	6
Brexit	6
6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. PARLAMENTO EUROPEU - SESSÃO PLENÁRIA SOBRE COVID-19

Debate

O Parlamento Europeu (PE) realizou, no dia 26 de março, uma [sessão plenária extraordinária](#), em Bruxelas, para [debater](#) a resposta da União Europeia (UE) à pandemia da COVID-19 e para votação das [primeiras medidas](#) propostas pela Comissão Europeia para ajudar os Estados-Membros a enfrentar este problema de uma forma coordenada e eficaz:

- [Proposta de regulamento sobre a Iniciativa de Investimento de Resposta ao COVID-19](#)
- [Proposta de regulamento relativo às faixas horárias nos aeroportos](#)
- [Proposta de regulamento para prestar assistência financeira aos Estados-Membros e aos países, cuja adesão à União está em negociação, gravemente afetados por uma emergência de saúde pública de grande dimensão](#)

Esta sessão plenária observou as devidas precauções sanitárias, com alguns Deputados em Bruxelas e outros a seguir os trabalhos parlamentares a partir de casa. Graças aos [procedimentos especiais](#) postos em prática pelo PE, todos os Deputados puderam votar à distância: 687 Deputados participaram na primeira votação para aprovar a aplicação do [processo de urgência](#).

No início do debate, o presidente do PE, [David Sassoli](#) enfatizou que o PE vai continuar a trabalhar para ultrapassar esta crise, pois “Só assim podemos servir as pessoas, as nossas comunidades, os nossos países e os trabalhadores de saúde”.

A presidente da Comissão, [Ursula von der Leyen](#), salientou que “Quando a Europa teve realmente necessidade de demonstrar entreaajuda, foram demasiados os que começaram por tomar conta de si. Quando a Europa teve realmente necessidade de um espírito de «todos por um», foram demasiados os que começaram por responder «apenas para mim». Enfim, quando a Europa teve realmente necessidade de provar que não é apenas uma «União para os dias bons», foram demasiados os que começaram por não partilhar o seu guarda-chuva.”

Nas intervenções dos grupos políticos, [Esteban González Pons](#) (PPE, ES) solicitou que os recursos fossem canalizados para os cuidados de saúde a nível local e que seja garantido o livre fluxo de equipamentos e bens médicos. Apelou também à manutenção da democracia, ao investimento na investigação e à solidariedade entre os líderes europeus, cujo “espírito europeu está a falhar”.

[Javier Moreno Sánchez](#) (S&D, ES) assinalou que “As decisões de hoje são apenas um primeiro passo”, destacando a necessidade de serem apresentadas mais medidas, como um plano Marshall da UE, financiado por um novo instrumento de dívida comum, e um fundo de desemprego europeu, para ajudar a mitigar as consequências económicas e sociais da crise da COVID-19.

“Se a Europa representa solidariedade económica e monetária, a solidariedade sanitária é ainda mais necessária”, disse [Dominique Riquet](#) (Renew, FR).

[Nicolas Bay](#) (ID, FR) criticou a resposta da UE, considerando que “A Comissão Europeia colocou os europeus em risco. A UE nem sequer é capaz de coordenar as medidas tomadas pelos Estados-Membros.” concluindo que “A crise da COVID-19 é um prego, talvez o último, no caixão de uma burocracia impotente”.

[Ska Keller](#) (Verdes/ALE, DE) defendeu a criação de "coronabonds", para garantir a estabilidade, e a disponibilização de ajuda financeira às pessoas que perderam os seus rendimentos, destacando que os governos devem continuar a prestar contas perante os parlamentos nacionais.

[Derk Jan Eppink](#) (ECR, NL) considerou "coronabonds" não seriam uma forma eficaz de reanimar a economia europeia e propôs que "Os bancos centrais nacionais deveriam conceder créditos a taxas de juro zero aos nossos cidadãos e empresas".

[Manon Aubry](#) (CEUE/EVN, FR) interveio para assinalar que "Uma Europa que protege cuidaria dos seus trabalhadores essenciais", apelando também à partilha da produção de equipamentos médicos e a uma estratégia clara e coordenada para levantar o confinamento. O Deputado português [Pedro Marques \(S&D\)](#) interveio no debate.

Votação

O PE implementou um [sistema de votação](#) especial e à distância para a atual situação. Este primeiro [conjunto de medidas foi aprovado pelo PE](#)

- [Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus](#), aprovada com 683 votos a favor, um contra e quatro abstenções ([Comunicado de imprensa](#));
- Regras que alargam o âmbito de aplicação do [Fundo de Solidariedade da UE](#) (FSUE) a fim de incluir as emergências de saúde pública, aprovado com 671 votos a favor, três contra e 14 abstenções ([Comunicado de imprensa](#));
- [Suspensão temporária das regras europeias de utilização das faixas horárias nos aeroportos](#) para pôr termo aos chamados "voos fantasma" causados pelo surto de COVID-19, sendo que a regra "usar ou largar" ficará suspensa até 24 de outubro de 2020. Resultado da votação: 686 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções ([Comunicado de imprensa](#))

2. CONSELHO EUROPEU INFORMAL POR VIDEOCONFERÊNCIA

Tendo sido adiado o [Conselho Europeu de 26 e 27 de março](#), realizou-se a 26 de março um novo [Conselho Europeu informal por videoconferência sobre a COVID-19](#), após a reunião tida a 17 de março. Foi adotada uma [declaração comum](#) no final, centrada nas cinco fileiras identificadas pelos líderes nesta crise: limitar a propagação do vírus, garantir o fornecimento de equipamento médico, em especial máscaras e ventiladores, promover a investigação, nomeadamente no sentido de desenvolver uma vacina, combater as consequências socioeconómicas e apoiar os cidadãos retidos em países terceiros.

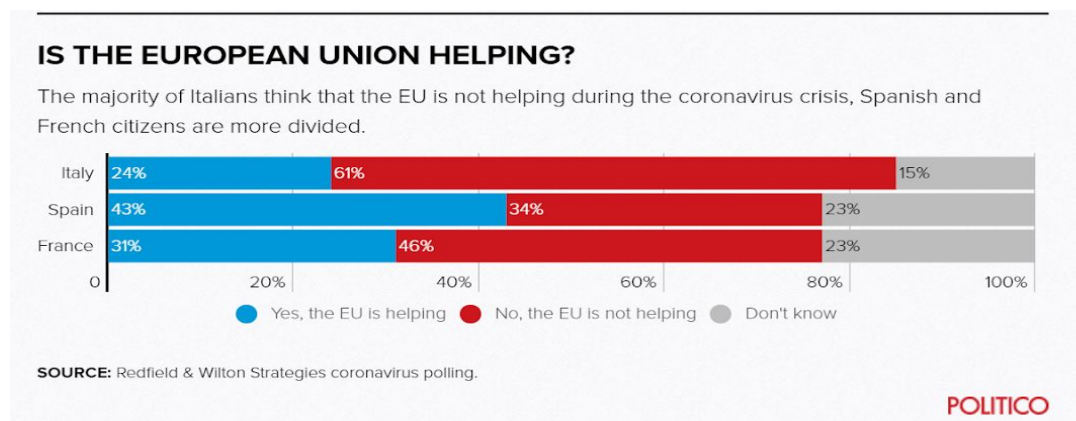
Porém, a discussão mais saliente foi sobre as consequências económicas e em torno da questão dos **instrumentos comuns de dívida** (eurobonds ou outra designação similar) - [nove Estados-Membros](#)¹ dirigiram uma [carta](#) ao Presidente do Conselho Europeu em que, entre outras coisas, apelam ao estabelecimento de um instrumento comum de dívida emitido por uma instituição europeia. Esta ideia foi debatida no Conselho, ainda que não figure explicitamente na

¹ Portugal, Espanha, Luxemburgo, Eslovénia, França, Bélgica, Grécia, Irlanda e Itália. Posteriormente, outros Estados-Membros manifestaram apoio mais ou menos explícito a esta iniciativa, nomeadamente Lituânia, Chipre, Malta e (o novo governo da) Eslováquia,

declaração comum, tendo a oposição (principalmente) da Alemanha, dos Países Baixos, da Áustria e da Finlândia, que privilegiam uma resposta centrada na capacidade de financiamento do [Mecanismo Europeu de Estabilidade](#) (ESM), que consideram suficiente. Porém, outros Estados-Membros, como a Itália, defendem que a [caixa de ferramentas](#) do ESM assenta em premissas distintas dos problemas fundamentais que se enfrentam hoje, pois são de adesão voluntária a pedido do Estado-Membro, ou seja, abordagens individuais, e assentam no pressuposto de que, após concedida a linha de crédito, serão tomadas medidas corretivas para enfrentar as dificuldades de acesso a mercado iniciais. Assim, argumenta-se que o problema de base não só não é o do mercado da dívida e dos *yields* praticados, como se trata de um choque global com efeitos na atividade económica da União como um todo, e não de países individuais, daí decorrendo a necessidade de financiar as medidas de política para intervir contra esses efeitos.

Durante a [reunião](#), a Itália e a Espanha opuseram-se à [adoção de qualquer declaração](#) se o debate não vier a ser aprofundado nas próximas semana e englobar a questão dos instrumentos comuns de dívida. A principal discussão no Conselho foi em torno do ponto 14 da declaração final, tendo ficado acordado que o Eurogrupo apresentará propostas nas próximas duas semanas, que *“deverão ter em conta a natureza inédita do choque provocado pela COVID-19, que está a afetar todos os nossos países, e a nossa resposta será intensificada, conforme necessário, mediante novas medidas tomadas de forma inclusiva, à luz da evolução da situação, a fim de assegurar uma resposta abrangente”*². Note-se que a formulação adotada não faz referência expressa nem ao papel do Mecanismo Europeu de Estabilidade nem à emissão de dívida, naquilo que foi o compromisso possível nesta fase e colocando agora a responsabilidade no Eurogrupo e no trabalho que for capaz de encetar nas próximas duas semanas. Nas [declarações à imprensa](#) após o Conselho, o 1.º Ministro português elaborou sobre várias destas questões.

Esta semana, o *Politico* publicou um [inquérito](#) realizado em Espanha, França e Itália pelo Instituto [Redfield and Wilton Strategies](#), e que abordava questões como a concordância com as medidas adotadas nos três países, a qualidade e capacidade de liderança dos 1.ºs Ministros e a perceção existente sobre a ajuda que a UE está a dar aos países em dificuldades. Neste último ponto, é importante notar que 61% dos inquiridos em Itália consideram que a UE não tem estado à altura contra 24% de aprovação, 46% em França que desaprovam vs 31% que entendem que a UE tem ajudado. Apenas em Espanha essa tendência se inverte (43% vs 32%):



² Este trabalho deverá ser feito em coordenação com os Presidentes da Comissão, do Conselho, do BCE e do PE.

A [Comissão dos Orçamentos \(BUDG\) do PE](#) dirigiu, esta semana, uma [carta](#) ao Comissário responsável pela negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, Johannes Hahn, em que, além de solicitar medidas urgentes para fazer face à crise gerada pela COVID-19, solicita à Comissão que reformule a proposta de QFP 2021-27, pois a atual crise alterou substancialmente quase todos os pressupostos fundamentais da proposta apresentada há cerca de 2 anos.

3. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

O Conselho adotou, com base numa discussão tida no [COREPER](#), uma decisão relativa a alterações no seu modo de funcionamento:

- não haverá reuniões físicas nos próximos 30 dias;
- não haverá reuniões formais do Conselho nos próximos 30 dias;
- as videoconferências a nível ministerial terão lugar sempre que necessário, com estatuto informal e preparadas pelo COREPER;
- as [decisões](#) serão adotadas por procedimento escrito.

Face ao que precede, na passada semana realizaram-se as seguintes reuniões:

Reunião dos ministros da Economia e das Finanças

Realizada a 23 de março, por teleconferência, debateu a flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento, à luz da comunicação apresentada pela Comissão Europeia em 20 de março sobre os aspetos económicos desta crise e foi adotada uma [Declaração dos ministros das Finanças da UE](#) na qual concordam com a avaliação da Comissão de que estão reunidas as condições para o recurso à cláusula de derrogação geral do quadro orçamental da UE.

Os ministros trocaram opiniões sobre o impacto da COVID-19 no [Semestre Europeu de 2020](#) e sobre a via a seguir nos próximos meses. Dado o elevado grau de incerteza associado a qualquer tentativa de quantificar os efeitos económicos da pandemia, bem como a rápida evolução das medidas orçamentais de reação à situação, os Estados-Membros estão a ter dificuldades em apresentar projeções orçamentais e económicas credíveis. Os ministros e a Comissão concordaram em adotar uma abordagem flexível e pragmática na execução das próximas etapas do Semestre Europeu deste ano.

Reunião por videoconferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros

Teve [lugar a 23 de março](#), por videoconferência, tendo os ministros dos Negócios Estrangeiros trocado opiniões sobre a resposta a dar a nível internacional à crise provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), com especial destaque para o repatriamento dos cidadãos da UE em viagem retidos no estrangeiro. Os ministros dos Negócios Estrangeiros condenaram a tentativa de, no que respeita à pandemia de COVID-19, desacreditar a União Europeia através da desinformação e da estigmatização dos cidadãos da UE que se encontram no estrangeiro. Finalmente, os ministros abordaram ainda a implementação da declaração UE-Turquia e o ponto da situação dos debates sobre a nova operação da PCSD no Mediterrâneo.

Eurogrupo

Realizado a 24 de março, por [videoconferência](#), para discutir as respostas de política económica e financeira à crise gerada pela COVID-19, tendo resultado numa [carta dirigida pelo Presidente do Eurogrupo ao Presidente do Conselho Europeu](#), tendo em vista as decisões a tomar pelos líderes.

Nas [declarações](#) feitas após a reunião, Mário Centeno enfatizou a resposta orçamental já dada (cerca de 2% do PIB a nível nacional), bem como as medidas de apoio à liquidez, que representam cerca de 13% do PIB. Finalmente, salientou o apoio alargado para a criação de um mecanismo de combate à crise da pandemia com base num instrumento financeiro de precaução do Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM), designado de [Enhanced Conditions Credit Line \(ECCL\)](#).

De salientar que o tema dos instrumentos de dívida comuns (sejam eurobonds ou coronabonds) não foi discutido com profundidade, ainda que esta temática tenha sido objeto de [várias intervenções](#) ao longo da semana, nomeadamente uma [entrevista do Governador do Banco de Portugal à Reuters](#) em que apoia a criação destes mecanismos, bem como um [artigo do ex-Presidente do BCE Mario Draghi](#) no mesmo sentido.

Reunião informal dos Ministros dos Assuntos Europeus

Realizada a 24 de março por videoconferência, o seu principal resultado foi a adoção de [Conclusões](#) sobre a decisão de abertura de negociações de adesão com a [Albânia e com Macedónia do Norte](#).

Reunião informal dos ministros da Agricultura e das Pescas

Os [ministros da Agricultura e das Pescas da UE realizaram uma videoconferência](#) para debaterem o impacto do surto de COVID-19 nestes setores, e a Presidência croata emitiu um [comunicado de imprensa](#) no final.

Reunião informal dos Ministros da Coesão

[Realizada a 27 de março](#) por vídeoconferência, serviu para debater a melhor forma de utilizar os fundos estruturais e de investimento para fazer face ao impacto do surto de COVID-19. Os ministros debruçar-se-ão sobre as novas possibilidades oferecidas pelas alterações legislativas efetuadas no âmbito da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus, que visa proporcionar um acesso rápido a 37 mil milhões de euros para investimentos urgentes nos setores mais afetados, nomeadamente:

- cuidados de saúde
- pequenas e médias empresas (PME)
- mercados de trabalho

- serviços de proximidade

4. PLANO DE AÇÃO DA UE P/ OS DIREITOS HUMANOS E A DEMOCRACIA

Foram [apresentados](#), pela Comissão Europeia e pelo Alto Representante, a [Comunicação Conjunta e o Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia no período 2020-2024](#), bem como uma [proposta conjunta](#) ao Conselho para que delibere por maioria qualificada sobre as questões abrangidas pelo Plano de Ação, para o processo de decisão seja mais rápido e eficiente. Foram disponibilizadas as já tradicionais [Perguntas e Respostas](#) sobre o pacote apresentado.

A proposta apresentada define medidas a adotar pela UE e os seus Estados-Membros para terem em conta as novas realidades (evolução geopolítica, a transição para a era digital, a degradação ambiental e as alterações climáticas) e atuarem de forma concertada, em consonância com os valores fundadores da UE.

O Plano de Ação está estruturado em torno de cinco eixos de ação:

- proteger e capacitar as pessoas;
- construir sociedades resilientes, inclusivas e democráticas;
- promover um sistema global em matéria de direitos humanos e de democracia;
- aproveitar as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias e enfrentar os desafios a elas inerentes;
- alcançar os objetivos mediante a colaboração entre todos.

A Comunicação e o novo Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia são acompanhados de uma proposta conjunta dirigida ao Conselho que visa promover um processo de decisão mais rápido e eficiente: assim, no futuro, o Conselho poderá deliberar por maioria qualificada sobre questões abrangidas pelo novo Plano de Ação, dando um novo passo no sentido de uma UE mais estratégica e assertiva.

5. OUTROS ASSUNTOS

Brexit

Um dos impactos da COVID-19 foi o adiamento das rondas negociais para o acordo sobre a relação futura entre a UE e o Reino Unido, sendo que surgem as primeiras análises a colocar a possibilidade de ser ativado o pedido de extensão do período de transição, como é o caso [desta](#) reflexão do European Policy Centre.

6. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

O PE realizou esta semana uma Conferência de Presidentes informal, que decidiu sobre os próximos agendamentos:

- Sessão Plenária a 16 de abril, com votação à distância;
- há a expectativa de que a sessão de maio já possa dispor dos meios eletrónicos para um debate em videoconferência;
- não haverá sessões em Estrasburgo antes de setembro;
- os Presidentes das Comissões deverão identificar o trabalho urgente e importante a prosseguir;
- a próxima Conferência de Presidentes terá lugar a 2 de abril.

Comissão Europeia

O planeamento das reuniões [está disponível](#), estando a próxima reunião do Colégio agendada para 8 de abril.

Conselho da União Europeia

No seguimento das decisões da reunião informal do Conselho Europeu, será [convocada uma reunião do Eurogrupo](#) na próxima semana. O [calendário](#) completo está disponível.

Bruxelas | 27 de março de 2020 (atualizado a 29.03)

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Para consultar as Sínteses anteriores, clique [aqui](#).